

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.181 - PR (2019/0209731-6)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
SUSCITANTE : **JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE FOZ DO IGUAÇU - SJ/PR**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE FOZ DO IGUAÇU - PR**
INTERES. : **LUIZ YOSHIO SUZUKE**
ADVOGADO : **ERIAN KARINA NEMETZ - PR019680**
INTERES. : **ITAIPU BINACIONAL**
ADVOGADOS : **FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES - PR020738**
: **LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA - PR022076**

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE FOZ DO IGUAÇU - PR, suscitante, e o JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE FOZ DO IGUAÇU - PR, suscitado, nos autos da Reclamação Trabalhista, proposta por LUIZ YOSHIO SUZUKE, em desfavor da ITAIPU BINACIONAL, onde postula a declaração de nulidade da forma de contratação anotada em sua CTPS, com a consequente anotação de sua CTPS, na função de Técnico de Nível Superior Senior, com data de admissão em 05/04/2005 até 03/04/2017, observado o último nível salarial aplicado, com a condenação da reclamada ao pagamento das verbas rescisórias devidas e não pagas e a indenização pelos danos extrapatrimoniais sofridos (fls. 05/25e).

A demanda foi ajuizada perante o JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE FOZ DO IGUAÇU - PR, que reconheceu, de ofício, incompetência absoluta daquela Especializada e determinou a remessa dos autos à Justiça Comum Federal, com base nos seguintes fundamentos:

"1. Da competência material para julgamento da lide

Inicialmente, a documentação acostada aos autos permite concluir que o autor é servidor público do Estado do Paraná, em regime estatutário, tendo sido cedido à Itaipu Binacional para prestação de serviços (vide documentos de fl. 53 e 172/173).

O Tratado de ITAIPU permite a requisição de servidores públicos nos seguintes termos:

'Artigo XXVII - Poderão prestar serviços à ITAIPU os funcionários públicos, empregados de autarquias e os de sociedades de economia mista, brasileiros ou paraguaios, e dos benefícios de aposentadoria e/ou sem perda do vínculo original previdência social, tendo-se em conta as respectivas legislações

Superior Tribunal de Justiça

nacionais' (grifei).

Com base no dispositivo supracitado, verifica-se que **a cessão de servidores públicos para prestar serviços à Itaipu Binacional não exclui o vínculo original com o órgão cedente, sendo mantida a condição de servidor estatutário.**

Neste sentido é a jurisprudência deste Regional:

'INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO CEDIDO À ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA.

A sujeição ao regime jurídico estatutário pelo servidor, nos moldes do art. 37 da Constituição Federal decorre da investidura em cargo público, que não se altera com a cessão a órgão da administração pública indireta. Os servidores públicos estatutários, ainda que cedidos a outros órgãos da administração pública indireta, não perdem eles a condição de servidores, pois não subsiste contrato de trabalho e cargo público. O servidor cedido permanece vinculado ao regime de origem. Recurso que se nega provimento' (TRT-PR-16588-2011-652-09-00-3-ACO-06681-2012 - 1A. TURMA - Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER - Publicado no DEJT em 17-02-2012)

'CESSÃO DE SERVIDOR ESTATUTÁRIO PARA EMPRESA DE ECONOMIA MISTA - ISONOMIA SALARIAL- INCOMPETÊNCIA MATERIAL - A cessão de servidor público para empresa de economia mista não desnatura o vínculo com a entidade cedente, não atraindo os direitos trabalhistas postulados, porquanto a relação permanece regida por normas de direito administrativo público' (TRT-PR-38017-2010-015-09-00-0-ACO-44732-2011 - 4A. TURMA - Relator: SÉRGIO MURILO RODRIGUES LEMOS - Publicado no DEJT em 11-11-2011).

Ainda, no mesmo sentido, cita-se decisão da C. 5ª Turma, em voto relatado pelo Desembargador Marco Antônio Vianna Mansur, o qual transcrevo pela propriedade de seus argumentos, que ora são adotados como razão de decidir:

'Assim, como bem observado pela Origem, '...é servidor público

da câmara municipal, e como tal submetido ao regime estatutário'. Também tem razão o Primeiro Grau ao afirmar que a 'cessão a uma sociedade de economia mista estadual (COPEL), não desnatura o seu vínculo estatutário, nem mesmo faz com que haja uma alteração transitória deste regime para o do órgão cessionário, in casu celetista.' A prestação de serviços em favor da COPEL decorreu de cessão entre as instituições e ainda que os vencimentos do autor tenham passado a ser pagos pelo órgão de destino, como se verifica, por exemplo, no documento de fl. 144, este fato não descaracteriza seu vínculo estatutário. Tanto isto é certo que nos termos do documento de fls. 141 continuou regido pelo sistema estatutário da Câmara Municipal de Curitiba e, por isso, teve seus recolhimentos ao FGTS cancelados.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADIn-MC nº 3.395-6 (05/04/2006), já pacificou entendimento no sentido de que a Justiça do Trabalho não tem competência para conhecer e julgar as causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a eles vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter Jurídico-administrativo, tocando à Justiça Comum respectiva processar e julgar as lides delas decorrentes.

De acordo com o entendimento da Corte Constitucional, não descaracteriza a competência da Justiça comum, em tais dissídios, o fato de se requerer verbas de natureza trabalhista, dada a prevalência da questão de fundo, que diz respeito à própria natureza da relação jurídico-administrativa.

Na trilha do entendimento pacificado pelo Pretório Excelso, o Colendo Tribunal Superior do Trabalho passou a declarar a incompetência absoluta da Justiça do Trabalho para apreciar reclamationárias em que esteja caracterizada a natureza jurídico estatutário ou jurídico-administrativo entre as partes.

Do exposto, declara-se a incompetência da Justiça do Trabalho para processar e julgar a presente ação, anulando-se os atos decisórios, determinando-se a remessa dos autos à Justiça Comum Estadual, na forma do disposto no art. 113, parágrafo segundo, do CPC'.

Sendo assim, tratando-se o autor de servidor público estatutário, resta afastada a competência material desta Justiça Especializada, conforme jurisprudência consolidada do

Superior Tribunal de Justiça

Supremo Tribunal Federal, recentemente reafirmada pela decisão na ADI 3.395-MC/DF.

Desta forma, impõe-se o reconhecimento da incompetência da Justiça do Trabalho para análise e julgamento da presente lide, tendo em vista que fundada em vínculo estatutário.

Por conseguinte, tratando-se a ré de empresa pública binacional, os autos deverão ser remetidos à Justiça Federal, em razão do disposto no art. 109, inciso I da Constituição Federal:

(...)" (fls. 1.396/1.399e).

Remetidos os autos ao JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE FOZ DO IGUAÇU - PR, foi suscitado o presente Conflito de Competência, com base nos argumentos a seguir transcritos:

"Inicialmente, para não pairar dúvida, deixo consignado que tramitam na JUSTIÇA DO TRABALHO todas as ações que versam sobre direito do trabalho, isso porque seus funcionários são regidos pela CLT.

Na JUSTIÇA FEDERAL, por outro lado, tramitam todas as demais ações em que a Itaipu figure como autora, ré, etc, cuja matéria não verse sobre direito laboral.

Quanto a isso, fundamental registrar, não existe nenhuma controvérsia.

Todavia, no caso concreto, indo diretamente ao cerne da questão, tenho que a Justiça Federal não é competente para processar e julgar o presente feito.

A competência, no entender deste juízo, é indiscutivelmente da Justiça do Trabalho.

Explica-se.

A competência da Justiça Federal foi assim definida na Constituição Federal:

'Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;'

O autor discute nesta ação verbas trabalhistas oriundas da relação de trabalho enquanto laborou para a ré Itaipu

Binacional, requerendo reconhecimento de tratamento igualitário.

O fato da autora manter vínculo estatutário com o Estado do Paraná é irrelevante no caso concreto, pois o que reinvidica nestes autos é a equiparação com os funcionários celetistas da Itaipu Binacional - com consequente integração ao seu quadro de funcionários - onde trabalhou requisitado por cerca de 12 anos.

Tanto é assim que a presente demanda não é movida contra o Estado, mas contra a Itaipu Binacional.

Restou incontroverso nos autos que o autor, servidor público estadual estatutário - foi cedido à Itaipu Binacional com ônus total para a empresa ré entre 2005 e 2017.

Logo, a matéria de fundo é de competência da Justiça do Trabalho, pois envolve discussão acerca de verbas salariais que lhe foram pagas pela Itaipu Binacional no período em que esteve cedido e integralmente a ela subordinado.

Embora o autor seja servidor estatutário do Estado do Paraná, passou a exercer atividades em subordinação total à Itaipu Binacional a partir do ano de 2005 até o ano de 2017.

Consta no ofício da Itaipu Binacional E/GB/0040/05 anexado no Evento 6, OUT49:

(...)

O que importa é o fato de que, uma vez cedido, o autor seguiu de 2005 até 2017 prestando serviços e recebendo vencimentos pela Itaipu Binacional, conforme comprovam os holerites juntados ao feito (Evento 6, OUT7).

Portanto, a discussão desta ação refere-se a verbas trabalhistas oriundas da RELAÇÃO DE TRABALHO enquanto cedido à ré Itaipu Binacional, cujos funcionários, como já dito anteriormente, seguem o regime celetista.

Registre-se uma vez mais que **todas ações sobre funcionários da Itaipu Binacional tramitam na Justiça do Trabalho por serem regidos pela CLT.** Quanto a isso, insiste-se, não há controvérsia.

Desta forma, não há dúvidas de que a competência para o julgamento da presente demanda, cuja controvérsia envolve verbas trabalhistas, é da Justiça do Trabalho.

Considerando que a competência é pressuposto processual de validade do processo e deve ser apreciada de ofício em qualquer grau de jurisdição, não pode este Juízo, diante desse contexto, afastar a aplicação do art. 109, I da Constituição Federal, que expressamente

Superior Tribunal de Justiça

excepciona a competência da Justiça Federal para julgar demandas afetas à Justiça do Trabalho.

Recentemente o STJ reconheceu a competência da Justiça do Trabalho, em caso semelhante (STJ - CC: 151674 PR 2017/0072822-0, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Publicação: DJ 27/04/2017).

Dessa forma, deve ser suscitado conflito negativo de competência, diante do exposto no art. 66, inciso II, do Novo Código de Processo Civil, a saber:

'Art. 115. Há conflito de competência quando:

(...) omissis.

II - 2 (dois) ou mais juízes se consideram incompetentes, atribuindo um ao outro a competência;'

2. Desse modo, declaro a incompetência da Justiça Federal para processar e julgar o presente feito, suscitando conflito negativo de competência, na forma do art. 66, II do Novo Código de Processo Civil.

3. Remetam-se os presentes autos ao Superior Tribunal de Justiça, a fim de que delibere acerca da competência para processar o feito, nos termos do art. 105, I, alínea d, da Constituição Federal" (fls. 2.943/2.946e).

O Ministério Público opinou pela incompetência do Juízo suscitado (fls. 2.968/2.971e), nos termos da seguinte ementa:

"Processual Civil. Civil. Conflito de Competência. Estado do Paraná. Servidor estatutário do cedido à empresa pública. incompetência da justiça do trabalho (ADI. 3395). Acórdão mantido. 2. Parecer do MPF opina pela incompetência da JUSTIÇA OBREIRA, no caso, JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE FOZ DO IGUAÇU – PR, o suscitado.

Conheço do Conflito, porquanto se trata de controvérsia instaurada entre Juízes vinculados a Tribunais distintos, a teor do que preceitua o art. 105, I, d, da Constituição da República.

Em face do advento da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para conhecer das ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos entes de direito público externo e da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, passou a ser da Justiça do Trabalho.

Superior Tribunal de Justiça

O STF, porém, ao analisar a questão nos autos da ADIn 3.395/DF, em 05/04/2006, referendou liminar anteriormente concedida, que **suspendera qualquer interpretação do inciso I do art. 114 da CF/88, alterado pela EC 45/2004, que atribuisse à Justiça do Trabalho a competência para apreciar causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo.**

Tem-se, pois, que, se o vínculo estabelecido entre o Poder Público e o servidor for estatutário, a competência para análise das controvérsias trabalhistas será da Justiça Comum Estadual ou Federal, conforme o caso, ao passo que, na hipótese de vínculo trabalhista, regido pela CLT, caberá à Justiça Laboral o julgamento dos litígios daí advindos.

Destaque-se que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que "ao examinar a Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.395, **não excluiu da Justiça Trabalhista a competência para apreciar relação jurídica entre o Poder Público e servidor regida pela Consolidação das Leis do Trabalho**" (STF, Rcl 8.406 AgR-segundo, Relator Min. MARCO AURÉLIO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 29/05/2014).

Outrossim, a definição da competência jurisdicional se dá em razão dos elementos identificadores ou constitutivos da demanda, a dizer, as partes, o pedido e a causa de pedir. No caso da Justiça do Trabalho, a causa de pedir é o elemento que atrai sua competência, esta relacionada com a fundamentação jurídica.

In casu, o autor é servidor público estatutário estadual integrante do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação, que foi cedido à Itaipu Binacional, entre 2005 e 2017. Nos termos da inicial, **a causa de pedir não decorre da relação estatutária mantida com a edilidade e os pedidos deduzidos** – reconhecimento de vínculo laboral, percepção de verbas rescisórias e indenização por danos extrapatrimoniais – **foram formulados em razão do vínculo surgido com a cessão do servidor à empresa pública, que se submete aos regramentos da CLT e por certo atrai a competência da Justiça Laboral para o processamento do feito.**

Nesse sentido:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. JUSTIÇA FEDERAL. **SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO CEDIDO PARA EMPRESA PÚBLICA FEDERAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CAUSA DE PEDIR ALHEIA À RELAÇÃO JURÍDICA ESTATUTÁRIA TRAVADA COM A UNIÃO. ALEGADOS DANOS MATERIAIS E MORAIS QUE GUARDAM PERTINÊNCIA COM A RELAÇÃO DE TRABALHO SURGIDA COM A CESSÃO.**

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

1. A hipótese dos autos cuida de ação de indenização movida por servidor público estatutário objetivando o ressarcimento de danos materiais e morais sofridos no período em que esteve cedido à empresa pública, por condutas atribuídas exclusivamente a esta.

2. A causa de pedir da ação de indenização não decorre da relação estatutária mantida com a União, mas sim do vínculo surgido com a cessão do servidor à empresa pública. Sendo o respectivo regime submetido aos regramentos da Consolidação das Leis do Trabalho, a lide deve ser solvida pela Justiça Laboral. Precedente.

3. Conflito conhecido para declarar a competência da Justiça do Trabalho" (STJ, CC 126.220/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 08/03/2016).

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA **CEDIDO** TEMPORARIAMENTE A **SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA**. COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL REFERENTE AO PERÍODO DA CESSÃO.

1. Servidores públicos cedidos temporariamente pela Administração Direta a empresa pública ou sociedade de economia mista, cumulam seus direitos estatutários da pessoa jurídica cedente, com os trabalhistas da pessoa jurídica cessionária, enquanto durar a cessão.

2. Buscando a ação tão somente o reconhecimento do direito à equiparação salarial com os funcionários da CASAN, sociedade de economia mista estadual, com idênticas atribuições funcionais, durante o período da cessão, é a Justiça do Trabalho competente para processar e julgá-la.

3. Conflito conhecido para declarar competente o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, o suscitado" (STJ, CC 23.561/SC, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, Dju de 11/12/2000, p. 170).

No mesmo sentido, monocraticamente: STJ, **CC 160.177/RJ**, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe de 18/02/2019; **CC 162.023/PB**, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJe de 07/02/2019; **CC 157.032/RS**, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe de 04/05/2018; **CC 151.674/PR**, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe de 27/04/2017.

Ante o exposto, conheço do Conflito para declarar competente o **JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE FOZ DO IGUAÇU - PR**, ora suscitado, para o

Superior Tribunal de Justiça

processamento e julgamento da demanda.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora

